

O mercado e o antimercado

MIRIAM LEITÃO

O mercado em Chicago é peça de museu. Quem for ao Art Institute encontrará em tamanho natural, reconstituído em preciosos detalhes, o pregão da primeira bolsa de Chicago, derrubada para dar passagem ao avanço da cidade. O pregão e o prédio da bolsa, com mais de um século de vida, foram motivo de um movimento, nos anos 70, que uniu o povo em defesa do seu patrimônio cultural. Perdida a causa, o **trading room** foi demolido. Hoje, refeito, é admirado pelos visitantes com o reverente silêncio dos museus.

Nos **pits**, tablados com degraus em forma de arena, da Chicago Board of Trade às 9 da manhã de todos os dias úteis há tudo menos silêncio. **Traders, brokers, scalpers, locals** — como a bolsa define, por função que exercem, os animados participantes do seu mercado — disputam e oferecem contratos de milho, trigo, soja, metais e bônus americanos, repetindo a estridente comunicação que soma a linguagem dos sinais à da garganta.

— Esse ritual do grito não é muito primitivo em plena era tecnológica? — perguntei ao corretor Anthony Danielak, III.

— Ele só é caótico — respondeu — para quem vê de cima. Quem está dentro de um **pit** entende que tudo faz sentido e é a mais eficiente forma de se comunicar e fechar negócios. Nenhum computador faria este trabalho melhor do que nós.

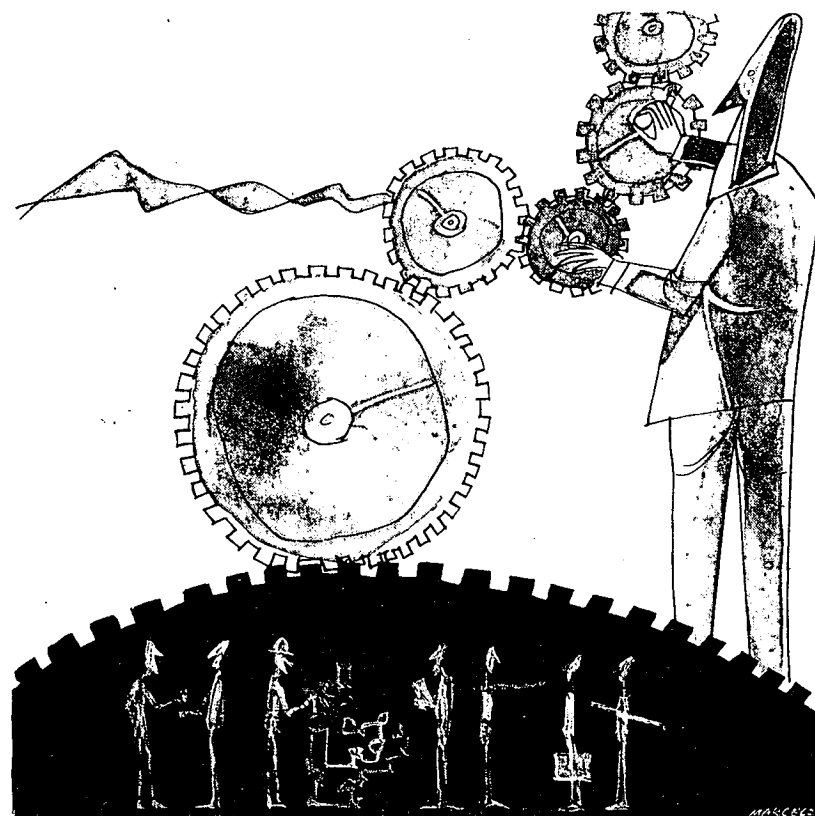
É inevitável o avanço da tecnologia sobre métodos e hábitos das bolsas. Um novo aparelho foi desenvolvido pela bolsa com a Texas Instrument e a Seiko para substituir os tradicionais boletos em que os corretores, por um século e meio,

anotaram as vendas no lado vermelho, as compras no lado azul. Encaixado perfeitamente na mão, o computador é capaz de reconhecer os garranchos das anotações do corretor, transformá-los em números e mandar a informação diretamente para os computadores centrais. Isso elimina pelo menos um personagem do pregão: os **runners**, que dispararam em todas as direções levando a informação dos **pits** aos digitadores.

Tradição e mudança fazem o cenário do mercado de Chicago. Como na geométrica arquitetura da cidade, em que as vanguardas de diferentes eras construíram uma paisagem de permanência e futurismo. Uma vez que seja, é preciso andar pelas ruas de Chicago e admirar o rio e o lago nos quais está impressa a história do comércio dos grãos produzidos no Meio-Oeste americano. Colhidos todos ao mesmo tempo, no inevitável calendário da agricultura, os produtos perdiam valor, ou ficavam nos barcos flutuando à espera de melhores preços para usar como munição na guerra entre comprados e vendidos. — Essa é a beleza do mercado. Aqui, o produtor brasileiro ou americano pode vender hoje o que vai colher só amanhã. Somos formadores de preços, eliminadores de riscos — define-se, com gestos abertos e entusiasmo juvenil, o já grisalho Paul Kram, enquanto desenha no quadro-negro a complexa operação de “descoberta de preços”, repetida diariamente na bolsa.

Kram tem nome e físico de alemão, empolgação italiana e fala misturando inglês, espanhol e português. Ele é responsável na Merrill Lynch pelas negociações de contratos com produtores brasileiros de soja e produtores argentinos de trigo e milho. E dele uma informação que impressiona:

— Nós recebemos mais produtores brasileiros querendo saber co-



mo será a safra americana do que mesmo produtores americanos.

Ainda assim o Brasil vai gastar este ano US\$ 1,2 bilhão para garantir o preço da soja. No ano passado, o esquema de preços mínimos foi inexplicavelmente estendido para a **commodity** brasileira que tem o mais moderno sistema de produção e

comercialização. A sensação que se tem é que, no Brasil, o mercado é o oposto das bruxas: acredita-se nele, mas talvez ele não exista.

Em Chicago ele existe. Talvez por isso tenha surgido lá o mais liberal dos departamentos de economia. No reverso da moeda, Chicago tem tam-

bém suas desigualdades. Talvez por isso, seu Departamento de Ciência Política tenha alguns dos mais notáveis social-democratas americanos. Há mercado para as duas correntes.

Para se livrar do Governo, a bolsa decidiu fazer ela mesma o trabalho de fiscalização. Qualquer cético na eficiência da auto-regulação fica balançado quando encontra Yvonne Downs. Ela é a xerife da Chicago Board of Trade e tem físico de xerife. Seu posto é o de vice-presidente do escritório de investigação e auditoria. Pelos seus computadores passam todas as informações das transações feitas em todos os produtos. Qualquer queda nas cotações que ponha em risco a corretora, ou mesmo a operação em si, dispara um mecanismo de “chamada de margem”. A corretora tem que fazer novos depósitos para garantir a operação. E se alguém não depositar?

— Todos que operam nesse mercado sabem o meu nome e quando eu ligo eles têm razão para se preocupar — diz Yvonne, sem deixar margem a dúvidas.

Ingrid Mele tem a mesma confiança na auto-regulação, mas convence de forma diversa. Ingrid é outra das curiosidades multinacionais da bolsa. Dona de sólida beleza latina, Ingrid tem o comportamento previsivelmente perfeito da nova geração de executivas americanas. Faz uma apresentação exata, no tempo certo e jamais hesita. Surpreende apenas quando alguém lhe pergunta de onde ela é. “Everywhere”, responde. É americana, tem pai francês, mãe italiana e nasceu na Venezuela. Ela garante que jamais haverá em Chicago um caso como o do Barings, banco inglês que quebrou diante de um rombo de US\$ 1 bilhão no mercado futuro. Se alguém duvida, ela lança seus grandes olhos pretos na direção do interlocutor e afirma:

— Nunca aconteceu qualquer caso

de **default** aqui desde 1925, quando foi criada a **clearing corporation**.

Talvez os mecanismos de Chicago não sejam tão perfeitos quanto supõem suas duas vigilantes. Mas o fato é que funcionam e criaram raízes na sociedade americana. O que está longe de acontecer no Brasil.

— A verdade é que as idéias liberais nunca prosperaram no Brasil — disse, outro dia, Marcelo de Paiva Abreu, um dos maiores especialistas em história econômica do Brasil. Reclamava do intervencionismo na área comercial, mas acabou esticando sua conclusão:

— A última vez que houve câmbio livre no Brasil foi antes da revolução de 30. Temos 65 anos de câmbio controlado!

O Brasil parece ser antimercado por vocação e vício. Os empresários, que mais falam contra o Estado são os que mais pedem exceções ou favores. A livre negociação assusta os trabalhadores. As bolsas operam com um olho em Brasília, outro no Sisbacen. O mercado não se vigia, não se regula, não se controla. Pede que o Estado o faça. O Plano Real foi o menos intervencionista dos planos. Todos garantiram ser essa a razão do sucesso. Mesmo assim, há vários meses o Governo caiu de novo na rotina de criar regras e mudar regras com a mesma inconstância do passado. Algumas a pedido de empresários ameaçados pelo mercado.

O Governo parece não ter percebido o sentido mais profundo do que propôs, quando quis quebrar monopólios e abrir setores. Parece ter esquecido a idéia que o diferenciou na campanha eleitoral: recuar o Estado, para as suas atividades nobres e indelegáveis e deixar ao mercado o que é do mercado.

Miriam Leitão é colunista de economia do GLOBO e esteve em Chicago a convite do Chicago Board of Trade.